

**HABEAS CORPUS Nº 439.063 - SP (2018/0047397-6)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : RAFAEL FRANCESCHINI LEITE**  
**ADVOGADO : RAFAEL FRANCESCHINI LEITE - SP195852**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**  
**PACIENTE : JOSE ROBERTO PAVANI**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **JOSE ROBERTO PAVANI**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Na origem, constata-se condenação do paciente à pena de 7 anos e 13 dias de reclusão, em regime semiaberto, pela prática dos crimes dos arts. 168-A, § 1º, I, e 337-A, III, ambos c.c. 71 do Código Penal.

O TRF3 negou provimento ao apelo defensivo.

Neste *writ*, alega o impetrante prescrição da pretensão punitiva, porquanto, na data da publicação do acórdão, o paciente já tinha mais de 70 anos, razão pela qual deve ser reduzido à metade o prazo prescricional.

Destaca que os fatos típicos a ele atribuídos referentes ao período de abril de 2000 (apropriação indébita previdenciária) e de janeiro a outubro de 2000 (sonegação) não configuram crimes, uma vez que referidas figuras típicas foram inseridas pela Lei n. 9.983/2000, com entrada em vigor 90 dias após a sua publicação, que ocorreu em 14/7/2000, razão pela qual deve-se sopesar no cálculo da pena e, por consequência, no pedido de prescrição.

Assevera, por fim, possuir o paciente precária situação de saúde, de modo que na prisão não receberá o atendimento necessário.

Requer, liminarmente, a suspensão da ordem de prisão e no mérito, pugna pela concessão da ordem para que aguarde em liberdade o julgamento dos recursos extraordinários.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem.

**É o relatório.**

Decido.

Em sede de *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo ao impetrante apresentar documentos suficientes à análise de eventual ilegalidade flagrante no ato atacado.

Na espécie, o processo não foi instruído com documento que comprove a idade do paciente, peça processual imprescindível para exame da presente impetração.

Nesse sentido, confirmam-se:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DA DECISÃO QUE DECRETOU A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA.

REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.

I - Impede o conhecimento do recurso em habeas corpus a insuficiência na sua instrução, notadamente como na hipótese, onde não foi juntada pelo recorrente a cópia da r. decisão que decretou a sua prisão preventiva (precedente).

[...]

Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nesta extensão, desprovido."

(RHC 60.757/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/2015, DJe 24/09/2015)

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

[...]

2. Cabe ao impetrante o escorreito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligar cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 23/04/2015)

Por outro lado, quanto à alegada atipicidade e à precária saúde, constata-se que tais temas não foram objeto de julgamento pelo Tribunal de origem no viés em que discutido, o que impede seu conhecimento por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância, consoante pacífico entendimento desta Corte:

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. MATÉRIA NÃO APRECIADA NO ACÓRDÃO COMBATIDO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. VARIEDADE, NATUREZA E NÚMERO DE PORÇÕES DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS APREENDIDAS. GRAVIDADE. POTENCIALIDADE LESIVA DA INFRAÇÃO. PERICULOSIDADE SOCIAL. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECLAMO EM PARTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

1. Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça do aventado excesso de prazo na formação da culpa, tendo em vista que tal questão não foi analisada no aresto combatido.

[...]

5. Recurso ordinário em parte conhecido e nessa extensão improvido."

(RHC 66.827/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 24/02/2016.)

Ante o exposto, **não conheço** do presente *habeas corpus*, nos termos do art. 34, XX, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

